

# humanitas



Vol. LXII  
2010

# O PEIXE PARA OS JUDEUS E PARA OS CRISTÃOS: LEITURAS DE UM SÍMBOLO À LUZ DA CULTURA GRECO-ROMANA

PAULA BARATA DIAS  
Universidade de Coimbra

## Resumo

O peixe e as espécies marinhas encontram-se, no mundo judaico e cristão, num contexto problemático: se, por um lado, não surgem identificados nos textos bíblicos segundo os traços particularizadores de cada espécie, são alvo de uma utilização simbólica que os eleva à categoria de um dos signos mais expressivos da religiosidade judaico-cristã. Procura-se discutir, neste artigo, partindo da análise do valor que o peixe apresentava na cultura greco-romana, as razões para este apagamento dos traços concretos dos seres marinhos em detrimento da sua valorização como símbolo religioso.

**Palavras-chave:** alimentação, Bíblia, Genesis, Levítico, Deuterónimo, mundo greco.

## Abstract

Fish and sea creatures in general may be considered a problematic subject for Judeo-Christianity. In the Bible, they are not identified by the particular characteristics of each species, but, at the same time, they support one of the most expressive, abundant and complex signs of the Judaeo-Christian religiosity. It's the aim of this paper to discuss the reasons for the silence that surrounds the particular material traces of sea creatures in biblical texts, in spite of their relevance as a religious symbol, and to compare this specific reality with the status of fish in the Greek and Roman pagan world contemporary with the spread of Christianity.

**Key-words:** food, Bible, Genesis, Leviticus, Deuteronomy, Greek Roman world, Judeo-Christianity, fish, religion.

Observou o naturalista e eclesiástico Henry Baker Tristram, autor de *The Natural History of the Bible* (1889, Londres, p. 284), que na língua hebraica não se encontra nenhum termo específico para designar espécies particulares de peixe e espécies marinhas, ao passo que a língua grega antiga e o latim apresentavam designações distintivas: não menos de quatrocentos nomes para o grego, conforme os estudos linguísticos exaustivos de Francis Wood levados a cabo durante a década de trinta do séc. XX vieram confirmar, e cerca de duzentos e sessenta para o latim<sup>1</sup>. De facto, os meados do século passado produziram abundantes estudos filológicos, concentrados nos aspectos etimológicos, morfológicos e semânticos, que trouxeram um conhecimento sistemático acrescido acerca da capacidade de o grego e o latim exprimirem e descreverem a realidade dos seres aquáticos. O espaço geográfico e o sistema ecológico do mundo mediterrâneo constituíam uma realidade natural comum, e os contactos comerciais e culturais desde cedo estabelecidos entre os povos do mediterrâneo garantiram a partilha de experiências e a influência recíproca. Assim, muitas designações particulares de peixes adaptaram-se, por transliteração sobretudo, do grego para o latim, mas também, numa etapa anterior, do egípcio para o grego. As pesquisas de D'Arcy Thompson desenvolvidas sobre os textos de Heródoto, Estrabão, Diodoro, Ateneu e Xenócrates expuseram que muitas designações gregas de tipos de peixe não se explicam pela etimologia grega, mas se justificam pela proximidade fonética com os termos egípcios das espécies piscícolas correspondentes<sup>2</sup>.

Este exemplo bem sucedido de transferência cultural entre os povos da Bacia Mediterrânica torna a questão do particularismo hebraico ainda mais complexa. De facto, os egípcios davam forma linguística a uma realidade menos conhecida, ou não presente no espaço original dos gregos, que é o das espécies marinhas de um grande rio, como o Nilo, e estes termos migraram

---

<sup>1</sup> Wood, F. A. (1927) "Greek Fish-Names", *The American Journal of Philology*, 48, 4: 297-325. Id. (1928), "Greek Fish Names: Part II" *ibid.*, 49, 1: 36-56. Id. (1928), "Greek Fish Names: Part III", *ibid.*, 49, 2: 167-187. Cotte, J., (1945) *Poissons et animaux aquatiques au temps de Pline*, Paris. Saint-Denis, E. de, (1947) *Le vocabulaire des animaux marins en latin classique, (Études et Commentaires)*, Paris. Thompson, D'Arcy W., (1947) *A Glossary of Greek Fishes*, Oxford. Andrews, Alfred C., (1948) "Greek and Latin Mouse-fishes and Pig-fishes", *Transactions and Proceedings of the American Philological Association*, 79: 232-253.

<sup>2</sup> Thompson, D'Arcy W., (1928), "On Egyptian fish-names used by greek writers", *The Journal of Egyptian Archaeology*, 14, 1: 22-33.

para o grego quando os dois mundos estabeleceram um contacto efectivo, intensificado pelas conquistas de Alexandre. No mundo latino observa-se a mesma experiência do designar espécies estranhas à fauna marinha do espaço primitivo dos romanos<sup>3</sup>. Desta forma, espécies mais comuns nos rios Atlânticos ou do Centro e Norte da Europa, como o salmão e a truta, receberam designação latina, no que resulta de um processo modelar de contacto com uma nova realidade e da integração de um elemento novo na estrutura mental e linguística da instância de recepção. Assim, é natural que os romanos, cuja expansão ocorreu também para o Ocidente Atlântico e a Europa Central, apresentassem um termo específico para o salmão e distinguissem três tipos diferentes de truta, enquanto os gregos, tendo a sua expansão privilegiado o Este, o Sul e o Mediterrâneo oriental, só particularizassem na sua língua a espécie presente nos rios da Magna Grécia, a única experiência efectivamente relevante para o contacto com esta realidade natural.

De facto, o interesse pelo mundo natural marinho foi constante entre pensadores gregos e romanos, conhecendo-se um número considerável de tratados que, sob os ângulos mais diversos, se dedicaram à classificação e descrição da fauna marinha. Aristóteles e sobretudo o livro nono da *História dos Animais* foi seguido por tratados de biologia marinha produzidos pela ciência helenística, hoje conhecidos pela sua utilização directa na obra de autores posteriores: Aristófanes de Bizâncio (séc. III a.C.), Leónidas de Tarento (séc. III a.C.), Alexandre de Mindo (séc. I d.C.). O livro oitavo do *De Re Rustica* de Columela teve por assunto prestar informações técnicas sobre a criação artificial de peixe com fins comerciais. Plínio o Velho dedicou os livros nono e trigésimo segundo da sua obra aos animais marinhos. Numa perspectiva diferente, o poema didáctico de Opiano *Haliutica* descreveu a história natural dos peixes nos dois primeiros livros, e os métodos de pesca nos três restantes. Dos quinze livros da obra de Ateneu de Náucrates *Os Deípnosofistas* (séc. II a.C.) o terceiro e o sétimo apresentam a culinária

---

<sup>3</sup> Andrews, Alfred C. (1955), "Greek and Latin terms for salmon and Trout", *Transactions and Proceedings of the American Philological Association*, 86: 308-318. Nas pp. 317-318, apresenta-se a lista de correspondências: para o salmão, espécie *salmo salar*, com a designação corrente em latim *isox*, *salmo*, *ancoranus* ou *ancorago*; truta castanha, *salmo trutta*, em latim corrente *fario*; *salmo trutta fario*, em latim corrente *salar*; *salmo trutta lacustris*, em latim corrente *tructa*, posteriormente *trutta*; *salmo trutta macrostima*, conhecida em grego como *tropes*, ou *puron*; em latim *tructa* e mais tarde *trutta* (espécie natural nos rios do Sul de Itália).

do peixe, isto é, o aproveitamento gastronómico das espécies marinhas, ilustrado com citações de tratados de ictiologia. Grande parte do interesse da obra de Ateneu deriva de nela estarem contidas cerca de sessenta e dois fragmentos do poema perdido *Hedypatheia*, «Vida de Delícias» de Arquéstrato de Gela (séc. IV a.C), um grego siciliano precursor da atitude dos actuais *gourmets*, considerado o criador da gastronomia, que não teria hesitado em viajar pelo mundo conhecido de então, desde as costas itálicas até aos confins das costas do Mar Negro, para apresentar «as delícias» e o melhor modo de as valorizar pela arte culinária. Arquéstrato teria sido um admirador fervoroso do peixe, pois, dos sessenta e dois fragmentos do seu poema contidos na obra de Ateneu, quarenta e oito dizem respeito a peixe<sup>4</sup>. Destacam-se ainda, entre as autoridades evocadas, Doriano, autor do séc. I d.C., e sobretudo *Pamphilos de Alexandria*, que, em meados do séc. I d.C., teria feito um levantamento enciclopédico e glossográfico da cultura geral do tempo de Adriano, trabalho muito dependente de Alexandre de Míndo. Outros autores dos primeiros dois séculos do Império foram Juba II, Rei da Mauritânia, Metrodoro, Demóstrato<sup>5</sup>. Plutarco apresentou também, entre os seus *Moralia*, o *De Sollertia Animalium*, apresentado nos catálogos dos títulos das suas obras sob a sugestiva questão *Terrestriane an aquatilia animalia sint callidiora*, no qual se discute o tópico da sabidez, qualidade nutritiva e propriedades dietéticas das criaturas marinhas em comparação com as criaturas terrestres.

Deixamos de lado todos os autores literários que, nos passos em que descrevem aspectos da vida quotidiana antiga, incluem a presença comum do peixe nos hábitos alimentares dos povos sob influência do mundo greco-romano, bem como aqueles que dirigem a sua atenção para a dietética e aspectos médicos, nomeadamente o da ingestão de peixe na saúde dos indivíduos. A obra da Antiguidade Tardia *De Re Quoquinaria* atribuída ao

---

<sup>4</sup> Pode, evidentemente, colocar-se a legítima dúvida de o gosto pelo peixe pertencer a Ateneu, que poderia ter seleccionado da obra de Arquéstrato os excertos correspondentes às espécies piscícolas. Mas trata-se de uma hipótese remota, atendendo ao modo como foi recolhida a informação. Arquéstrato teria viajado pelos portos comerciais da orla mediterrânica, pelo que teria tido acesso aos produtos locais destes espaços fortemente helenizados. Os produtos do mar seriam, portanto, recurso abundante.

<sup>5</sup> Corcoran, Thomas (1964), “Fish Treatises in the Early Roman Empire”, *The Classical Journal*, 59, 6: 271-274. Rapp, Albert (1955), “The Father of Western Gastronomy”, *The Classical Journal*, 51, 1: 43-48. Koromilas, Kathryn (2007), “Feasting with Archestratus”, *Odissey*, Nov./Dec.: 68-69.

lendário cozinheiro do séc. I d.C. sob o principado de Tibério, apesar da incerteza que rodeia a transmissão e a composição da mesma oferecer pouca segurança quanto à possibilidade de se tratar de um documento fidedigno do estado efectivo do gosto alimentar romano num momento preciso, confirma, sobretudo a partir das receitas contidas nos dois últimos livros «Frutos do Mar» e «Peixe», que a prática alimentar do mundo clássico incluía espécies marinhas variadas, preparadas sob uma diversidade de tal forma imaginativa que não será falso afirmar que o código alimentar clássico era extraordinariamente liberal no uso das espécies marinhas, mesmo em comparação com o mundo actual<sup>6</sup>.

Aos documentos escritos, acrescentam-se, como argumentos de confirmação do interesse do mundo antigo greco-romano pela vida aquática, a iconografia presente nos frescos, nos mosaicos, na cerâmica. Figuram entre os mais vistosos os que dizem respeito à vida marinha. Não deixa ninguém indiferente o grau de exactidão, o realismo, a precisão do traço com que as espécies marítimas são tratadas<sup>7</sup>. Uma observação similar da iconografia presente na arqueologia do mundo bíblico, judaico e cristão, alusiva ao motivo dos animais marinhos permite verificar que este revela o mesmo tratamento particularizador das espécies marinhas e um poder de observação idêntico. Ou seja, podem ser encontradas representações das espécies marinhas conhecidas de então, particularmente nos objectos do quotidiano. Evidencia-se uma menor variedade, a ausência de representações

---

<sup>6</sup> Million, Helen Lovell (1926), “An Old Roman Cookbook”, *The Classical Journal*, 21, 6: 443-450. Pickstone, Joan E. (1935), “Roman Cookery” *Greece & Rome*, 4, 12: 168-174. Peixe, moluscos e crustáceos, apresentados pelo seu nome particular, são o produto base de pratos elaborados. Acrescentemos o uso do *garum* ou do *liquamen*, molhos de peixe, enquanto formas de tempero e de molho mais usados.

<sup>7</sup> Ana Lúcia de Araújo Soesima, aluna do mestrado em Alimentação: fontes, cultura e sociedade, apresentou, no Seminário de *Sabores do Passado: a cozinha greco-romana* de 2009-2010, um trabalho com o título “Alimentos e refeição: estudo da iconografia alimentar a partir dos mosaicos e dos frescos romanos”. A ela agradecemos a recolha sistemática e catalogação a que procedeu, trabalho a partir da qual pudemos constatar a importância da decoração marinha entre os motivos alimentares na iconografia romana. Destaque-se a Casa da Ninfas, em Nápoles; no Museu Nacional de Nápoles, um mosaico que conta com a representação de cerca de vinte e cinco espécies diferentes (<http://marketplace.it/museo.napoli>). O Museu Britânico conserva uma série de mosaicos cujo motivo central são peixes. Procedente de Cartago ainda, um mosaico apresenta uma cesta invertida, que deixa tombar sobre o solo uma variedade de peixes. Procedente da Villa Chichagnola (Sul de Roma) um outro painel concentra doze espécies diferentes.

marinhas em arranjos grupais, uma menor preocupação na finura do traço, mas a observação dos exemplares examinados deixam afirmar que o mundo judaico-cristão observava a variedade do mundo aquático, concreto e natural, com idêntica capacidade distintiva dos povos vizinhos<sup>8</sup>.

A observação do naturalista e biblista Henry Baker Tristram, confrontada com os dados até aqui apresentados, deixa antever que o texto bíblico, embora contenha informações sobre o mundo real dos povos aí referidos, apresenta um registo próprio complexo, pelo que não é possível lê-lo exclusivamente como um tratado de história, medicina, ou qualquer uma das ciências naturais, do mesmo modo que produzirá resultados deformados o restringir do estudo de aspectos do mundo bíblico a uma análise exclusivamente filológica ou literária. Será no diálogo entre as diversas áreas do saber que a hermenêutica dos textos bíblicos será mais reveladora, não esquecendo que, enquanto objecto específico de referência para um quadro civilizacional preciso, o do judeo-cristianismo, este não pode ser isolado do contexto histórico e cultural das civilizações com que entrava, deliberadamente ou não, em contacto.

A este complexo quadro científico deverá ser acrescentada a intenção e o propósito com que os textos bíblicos foram compostos, e ainda com mais delicadeza deverá ser observado o contexto de recepção dos mesmos. Com isto pretende-se afirmar aquilo que nos parece clarividente, na medida em que a acuidade visual e o poder de observação dos judeus e dos cristãos, sendo idêntica aos dos seus vizinhos, não serão o ponto de partida para explicar esta espécie de cegueira quanto aos pormenores identificadores dos seres marinhos conhecidos. De facto, o registo destes não seria prioritário ou relevante para o propósito, simbólico e religioso, a alcançar com os textos, pelo que a sua menção exaustiva seria dispersante, supérflua, em suma, criadora de ruído, num quadro de leitura que se esperava religiosamente motivada.

Desta forma, um olhar mais aproximado atenua o facto de os textos bíblicos conferirem ao animal aquático uma designação indistinta, como se fossem reflexo de um povo para quem a natureza particular e específica de cada tipo era indiferente. O hebraico fala essencialmente de «peixe» (em hebraico *dâg*, *dâ'g*, *dâgâh*), tal como a tradução grega dos *Setenta* e o NT falam de *ichthus*, e as versões latinas da *Vetus* e a *Vulgata* falam de *piscis*.

---

<sup>8</sup> J. Vigouroux, "Poisson", *Dictionnaire de la Bible*, (DSp.) t. 19: 493-504 ; "Ixthus", *Dictionnaire de l'Archéologie chrétienne et de Liturgie*, t. 14: 1990-2036

Mas o livro de *Tobias* e de *Jonas*, no AT, apresentam algo que, nas versões latinas, aparece traduzido como *piscis grandis* ou como *cete*, ou *cetus*. O hebraico *tânnîn* correspondente, «monstro marinho», é traduzido, nestes livros, pelo termo grego *ketos*, o qual está na base da designação científica de alguns dos mamíferos marinhos, os cetáceos<sup>9</sup>.

Dirigindo-se a Ecbátana, na Média, Tobias, ao lavar-se nas Margens do rio Tigre, é quase devorado por um peixe gigantesco, mas a intervenção do anjo que o acompanhava faz inverter o quadro. Tobias captura o peixe e, seguindo instruções do anjo, eviscera-o, guardando o coração, o fígado e o fel do animal. A carcaça limpa é assada e comida pelos dois, que prosseguem viagem. Quanto a Jonas, o Senhor ordenou-lhe que fosse a Nínive, também na Mesopotâmia, anunciar aos seus habitantes que a sua iniquidade tinha chegado à presença de Deus. Mas Jonas recusa a missão profética e, desobedecendo, embarca para Társis, no extremo Ocidente do Mediterrâneo. Lançado ao mar pelos marinheiros, assustados pelo curso aziago da viagem, Jonas é devorado por um monstro marinho que o conserva no seu ventre durante três dias, até que o liberta numa praia, resoluto a cumprir a missão para que Deus o havia mandatado.

Temos pontos em comum nas duas narrativas: motivo da viagem para fora do âmbito tradicional de circulação dos protagonistas; o contacto com povos diferentes; a região da Mesopotâmia como destino; a assertividade de uma missão, que Tobias cumpre e que Jonas hesita em acolher; o ser devorado por um ser marinho como ameaça ou como etapa de um desígnio, que depois se reverte, no sentido em que os protagonistas recuperam o controlo sobre o seu destino directo. Nestas circunstâncias, o compositor do texto tomou como relevante tornar particular a espécie marinha em causa, destacando-a pelo seu tamanho e capacidade de devorar os homens, mas também pela sua associação ao transcendente: a de Tobias, com capacidades mágicas e curativas, a de Jonas enquanto instrumento do desígnio de Deus.

No caso de Tobias, acrescenta-se o interessante pormenor de os órgãos internos do animal capturado serem utilizados em rituais sagrados ao longo da narrativa: o fígado e o coração queimados sobre brasas afugentarão qualquer demónio, diz-lhe o anjo seu mentor. Isto permitiu a Tobias consumir o casamento com Sara, a donzela virtuosa sua parente a quem está destinado, segundo as palavras do anjo, mas que já tinha arrastado sete noivos para a morte (um número, portanto, incontável de noivos!),

---

<sup>9</sup> DSp., 493. Tob. 6, 2-19; 8, 1-3; 11, 4-13; 12, 3, 8. Jon. 2, 1-11.



pois, quando procuravam deitar-se com ela, aparecia sempre um demónio ciumento que os matava. Assim, na noite de núpcias, ele queimou pedaços das vísceras do peixe, e o fumo afugentou a maldição, ritual que foi várias vezes repetido e que, finalmente, se concluiu com a fuga do demónio para o Alto Egipto. O fel será usado como medicamento para curar as cataratas de Tobite, seu pai, no regresso a casa.

Este relato do livro de Tobias fornece-nos pistas quanto ao estatuto ambivalente do peixe no mundo semita, e apresenta pontos de contacto com o que Plutarco, no *De Iside et Osiride*, testemunha acerca do poder e da importância da ictiomancia no mundo egípcio do séc. I d.C. Assim, os sacerdotes egípcios abstinham-se de comer alguns tipos de peixe do Nilo, porque haviam devorado o membro viril de Osíris, a parte não recuperada do corpo retalhado por Tífon<sup>10</sup>. Os sacerdotes praticavam um ritual, no dia nove do primeiro mês do calendário egípcio (que correspondia ao período do solstício de Verão, isto é, quando a estrela símbolo de Ísis, Sírio, a mais brilhante da constelação do Cão, assumia a sua maior visibilidade no firmamento, período em que se iniciavam as cheias do Nilo), em que queimavam inteiramente um peixe diante das suas portas, como sacrifício expiatório.

Plutarco dá a conhecer que, para os egípcios, a água salgada e as criaturas que a habitam tinham uma estranha e maléfica natureza. Para isso, o autor apoia-se no binómio interpretativo que associa à fertilidade, por um lado, a terra humedecida pelo Nilo após as cheias, e à esterilidade,

---

<sup>10</sup> Plutarco, *De Iside et Osiride*, 353 C-D; 358 B. Segundo Plutarco, a palavra egípcia para o verbo “odiar” (*misein*) corresponde, na escrita hieroglífica, ao ideograma de um peixe (363 D-394 A). Apuleio de Madauros (séc. II d.C), em *O Burro de Ouro* 24, 8-25, 6 apresenta, num tom casual, uma descrição que envolve o esmagar de peixes, o que, para alguns estudiosos, está ligado à religiosidade mística do autor, próxima do Isismo, mas também a toda a envolvência religiosa deste séc. II no mundo greco-romano, palco de uma efervescência de propostas religiosas e de revalidação de correntes místicas de tom mais exótico, que implicavam não só a iniciação mas também um ritualismo que envolvia a sacralização de determinados animais. A biografia de Apuleio conta, inclusivamente, com um episódio em que ele foi publicamente acusado de recorrer à ictiomancia para alcançar o amor da sua esposa *Pudentilla*, de condição social e económica superior (*Apologia* 40, 5-42,2). Defendeu-se da acusação argumentando que, uma vez capturado, um peixe devia ser cozinhado e não usado em rituais de magia. Segundo Nelson, M. (2001), “A note on Apuleius Magical fish”, *Mnemosyne*, 54, 1: 85-86, Apuleio procurava defender-se, alegando ignorar ingenuamente o uso mágico do peixe e de espécies marinhas, particularmente na magia amorosa, o que seria dificilmente credível, dada a abundância de documentos alusivos à religiosidade popular que testemunham essa prática.

por outro lado, as regiões costeiras em contacto com o mar. Tal como, no deserto, a secura por evaporação e por concentração de sais minerais produz uma paisagem hostil à vida, o mar corresponde a uma espécie de deserto, na medida em que, apesar da água, aí se pode igualmente morrer de sede e que, uma vez invadindo a terra, gera uma paisagem insalubre.

A descrição de Plutarco, como é habitual no autor, procura estabelecer pontes entre a cultura egípcia e a cultura grega. É por isso interessante que ele argumente com Homero e seus heróis, que não comiam peixe (o próprio Ulisses, nas suas errâncias marítimas, não o fez, e o mar recebe com frequência, nos textos homéricos, o epíteto de «estéril»), ou com o mito de que o mar foi criado a partir das lágrimas de Cronos, depois de emasculado por Zeus. Destaque-se, contudo, a observação com que Plutarco encerra o comentário acerca do desprezo pelas actividades marinhas e pelas criaturas que aí habitam: «dizemos isto a título lateral, já que é de conhecimento geral». Portanto, nos finais do séc. I, segundo Plutarco, haveria uma corrente geral de opinião, não específica do mundo egípcio, que atribuía ao peixe uma natureza mágica, e que, paradoxalmente, encarava com alguma altivez, ou desprezo, os que faziam vida do mar, pilotos, mercadores ou pescadores.

O AT apresenta ainda aquilo que poderemos considerar ser um arquétipo para a classificação dos animais aquáticos, nos termos exactos em que estes se tornam religiosamente relevantes, isto é, segundo uma categorização que, não sendo a única possível e realizável a partir dos dados da observação humana, é aquela que se torna imperativa do ponto de vista da conformação de uma identidade religiosa. No Gen. (1, 9-11, 20-21), ao terceiro dia da criação, assiste-se à separação entre o mar e a terra firme, sendo também formada sobre esta a cobertura vegetal. Quanto às águas e ao céu, foram povoados de seres vivos, no quinto dia, em que Deus disse: *Que as águas sejam povoadas de inúmeros seres vivos, e que na terra voem aves, sob o firmamento dos céus». Deus criou, segundo as suas espécies, os monstros marinhos, os seres vivos que se movem nas águas, e todas as aves aladas, segundo as suas espécies*<sup>11</sup>. Apenas no sexto dia houve lugar à criação dos

---

<sup>11</sup> Citamos a tradução Portuguesa da *Bíblia Sagrada* dos Missionários Capuchinhos, (1984), Lisboa, 11ª ed., Nos *Septuaginta*, (Rahlf's, Alfred, (1979) *Septuaginta*, Stuttgart, a mesma passagem  $\kappa\alpha\iota\ \epsilon\dot{\iota}\pi\epsilon\nu\ \omicron(\ \epsilon\upsilon\omicron\ \epsilon\gamma\alpha\gamma\epsilon\ \tau\omega\ \tau\alpha\ \upsilon(\ \text{data}\ \epsilon(\ \text{r}\eta\epsilon\tau\alpha\ \backslash\ \text{yuxw}=\text{n}\ \text{zws}\ \text{w}=\text{n}\ \kappa\alpha\iota\ \text{p}\epsilon\tau\epsilon\iota/\ \text{na}\ \text{p}\epsilon\tau\omicron/\ \text{m}\epsilon\text{n}\alpha\ \epsilon)\ \pi\dot{\iota}\ \text{th}=\text{j}\ \text{gh}=\text{j}\ \text{k}\alpha\tau\alpha\ \text{to}\ \backslash\ \text{st}\epsilon\text{r}\epsilon/\ \text{w}\ \text{m}\alpha\ \text{t}\omicron\ \text{u}=\ \text{ou})\ \text{r}\alpha\text{n}\omicron\ \text{u}=\ \text{K}\alpha\iota\ \epsilon)\ \text{p}\omicron\iota/\ \text{h}\text{s}\epsilon\text{n}\ \omicron(\ \epsilon\upsilon\omicron\ \text{j}\ \text{ta}\ \backslash\ \text{kh}/\ \text{th}\ \text{ta}\ \backslash\ \text{m}\epsilon\gamma\alpha/\ \text{la}\ \kappa\alpha\iota\ \backslash\ \text{p}\dot{\alpha}\ \text{s}\alpha\text{n}\ \text{yuxh}=\text{n}\ \text{zw}/\ \text{w}\ \text{n}\ \epsilon(\ \text{r}\eta\epsilon\tau\omega=\text{n},\ \acute{\alpha}\ \epsilon)\ \text{ch}/\ \text{g}\alpha\text{g}\epsilon\text{n}\ \text{ta}\ \upsilon(\ \text{data}\ \text{k}\alpha\tau\alpha\ \text{g}\epsilon/\ \text{nh}\ \text{au})\ \text{tw}=\text{n},\ \kappa\alpha\iota\ \backslash\ \text{p}\alpha=\text{n}\ \text{p}\epsilon\text{t}\epsilon\text{i}\ \omicron\ \backslash\ \text{n}\ \text{p}\tau\epsilon\text{r}\ \text{w}\ \text{t}\omicron\ \backslash\ \text{n}\ \text{k}\alpha\tau\alpha\ \backslash\ \text{g}\epsilon/\ \text{no}\ \text{j}$ . Na *Vulgata* (Colunga-Turrado (1994) *Bíblia Vulgata*, Madrid): *Producant aquae reptile animae uiuentis, et uolatile super*

animais terrestres, classificados como *domésticos*, *répteis e animais ferozes*, *segundo as suas espécies*<sup>12</sup>.

Da narrativa da criação, sobressaem alguns elementos interessantes: em primeiro lugar, a cobertura vegetal diz apenas respeito à terra, e antecede, sobre esta, a criação dos animais. As águas não são, deste modo, alvo de povoamento por espécies vegetais, o que vai ao encontro da visão clássica de um mar «desértico» ou «estéril». Em segundo lugar, a criação dos seres vivos marinhos antecede a criação dos animais terrestres. Animais que vivem na água e que povoam os ares, ou seja, espécies marinhas e aves, parecem pertencer a uma ordem mais primitiva do que a realidade viva criada na terra sólida. Concretamente, o termo *herpeta* «monstros marinhos» será também a designação para identificar os répteis que povoaram a terra, como se sob este entendimento fosse definida uma entidade protaica. É certo que, após a criação do homem, este recebe como missão crescer, multiplicar-se e dominar a terra: *Dominaí sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus e sobre todos os animais que se movem na terra* (Gen. 2, 28).

Mas, na verdade, esta licença para dominar, que nas palavras apresentadas segue a ordem cronológica da criação, aparece, mais tarde, possível de levar à prática apenas na terra sólida e entre as suas espécies. Esta tem animais domésticos (*tetrapoda, iumenta*) que auxiliarão o homem e lhe hão-de servir de alimento. Ao homem é dado o conhecimento da germinação das ervas, das sementes, das árvores de fruto que estão na base da cadeia alimentar de todos os animais da terra e aves dos céus, que sobre a terra existem, pelo que o conhecimento do ciclo da vida sobre a terra que permite intervir sobre as suas criaturas está adquirido (Gen. 2, 29-30). Quanto aos animais marinhos e ao mar, faz-se um silêncio. Apesar de o homem ter obtido licença para dominar sobre os peixes do mar, nada é apresentado, num discurso que equivalha ao que foi produzido a propósito dos animais terrestres, que torne praticável uma intervenção humana sobre estas criaturas.

Este condicionamento advirá, presumimos, do próprio desconhecimento da sustentabilidade da cadeia alimentar marinha, aqui traduzido na omissão, ou antes numa assunção de impotência tácita quanto à intervenção do homem

---

*terram sub firmamento caeli. creavitque cete grandia, et omnem animam uiuentem atque motabilem, quam produxerant aquae in species suas, et omne uolatile secundum genus suum.*

<sup>12</sup> Gen. 1, 24. Os *Septuaginta* falam de *tetrapoda, kai herpeta kai theria*, ao passo que a *Vulgata* refere *iumenta, et reptilia et bestias*.

no mundo sob as águas. As aves que povoam os céus são observáveis, aterram, alimentam-se e fazem os seus ninhos sobre o solo, respiram ar como os homens e restantes criaturas terrestres. Acerca das criaturas marinhas, contudo, ergue-se o mistério: povoam as profundezas das águas ancestrais, espaço limitado à apreensão sensorial dos homens, onde este não se aventura sem perder a vida. Vivem e respiram num elemento incompatível com a biologia das restantes espécies, terrestres e aéreas, e nada é indicado acerca da sua geração e do modo como se alimentam, já que as plantas que suportam a vida terrestre e aérea, não povoaram os mares.

Dominar os peixes do mar, por isso, pode significar apenas retirá-los, conforme a necessidade, do seu ambiente natural e servir-se deles enquanto alimento. Do relato do *Génesis* não se depreende qualquer forma de compreensão que sustente um domínio humano criativo sobre os seres marinhos, o que é caso único na criação de Deus oferecida aos homens. Está, portanto, desde o *Génesis*, criado um estatuto particular para as criaturas marinhas, limitadamente acessíveis aos homens, e por isso se tornam disponíveis para absorver toda a carga simbólica e metafórica que advirá, pelo mistério que evoca.

Outro momento fundamental para a criação de uma classificação arquetípica das espécies marinhas, que representa um avanço no grau de particularismo, mas também a assunção de uma maior consciência de domínio sobre os factores que condicionam o homem em relação ao meio natural e à sua compreensão, corresponde à regulamentação dos hábitos alimentares permitidos aos judeus, contida principalmente no livro do *Levítico*, 11 e do *Deuterónimo*, 14<sup>13</sup>. O *Levítico*, livro que se dedica à regulamentação do culto, regista, na passagem referida, a ordem alimentar que o Senhor permitiu ao seu povo, após a saída do Egipto, transmitida a Moisés e a Aarão. Este discurso é retomado no *Deuterónimo*, mas de um modo mais sintético.

---

<sup>13</sup> Lev. 11, 9- 12 *Eis aqui o que podereis comer dos diversos animais aquáticos: podeis comer tudo o que, nas águas, mares ou rios, tem barbatanas ou escamas. Mas tudo o que não tem barbatanas e escamas, nos mares ou nos rios, quer o que pulula na água, quer os animais que nela vivem, são abomináveis para vós (...).* 46 *Esta é a doutrina relativa aos quadrúpedes, às aves, a todos os seres vivos que se movem nas águas e a todos aqueles que rastejam sobre a terra....* Deut. 14, 9 *Dos animais que vivem na água, podereis comer todos os que têm barbatanas e escamas; mas não comereis o que não tiver barbatanas e escamas.*

Da leitura das regulamentações do culto contidas nestes livros, destaca-se, em primeiro lugar, um elemento comum ao mundo greco-romano: os holocaustos, as oblações, os sacrifícios de acção de graças e os sacrifícios expiatórios excluem em absoluto os animais marinhos. Assim, o peixe, mesmo o que pode ser consumido pelos homens, isto é, o que tem barbatanas e escamas, não pode ser sacrificado. É este também o estatuto que as espécies marinhas revestem no quadro da religiosidade oficial grega e romana. Todos os animais que são alvo do consumo humano passavam por um processo prévio de sacrifício, em que uma parte determinada era oferecida aos deuses, e a restante se destinava a ser comercializada, ou directamente ao consumidor final. Nos aspectos que se prendem com o consumo alimentar, o peixe, e as espécies marinhas em geral, não passavam por um processamento intermédio de sacrifício religioso. É certo que a ocasião do sacrifício das espécies cárneas se tornou, entretanto, dado o volume de consumidores e a frequência dos actos de sacrifício, uma realidade mecanizada, em que o agente, o sacerdote, retirava o seu sustento do volume de sacrifícios efectuado<sup>14</sup>.

A verdade é que ambas as esferas religiosas reservam ao peixe um estatuto inteiramente profano. Os deuses e o Deus do AT não parecem apreciar peixe, apesar de este poder estar presente, como já se descreveu, em rituais mágicos, sejam de propiciação ao acto amoroso seja de expiação do mal.

Em segundo lugar, os critérios da separação entre três ordens distintas, isto é, entre espécies animais sacrificáveis e comestíveis, entre espécies comestíveis, mas não sacrificáveis, e entre espécies abomináveis, obedecem a uma estrita ordenação de acordo com a disciplina da criação divina descrita no *Génese*. As categorias de seres vivos mencionados seguem a ordem por que Deus criou e organizou o mundo.

Mary Douglas apresentou uma leitura explicativa para a organização das espécies vivas de acordo com o seu estado de pureza ou de impureza

---

<sup>14</sup> Detienne, Marcel, Vernant, J.-P. (1979), *La cuisine du sacrifice en pays grec*, Paris. Garnsey, Peter (1999), *Food in Society in Classical world*, Cambridge: 122-126. Green, C. M. (1996), "Did the Romans Hunt?" *Classical Antiquity*, 15, 2: 222-260. O consumo de carne era bastante restrito no mundo antigo, e o acto do sacrifício que o antecede, levado a cabo pelo *magueiros*, assinala a sua importância enquanto ritual social agregador. À excepção do porco, todos os animais domésticos eram seguramente mais úteis vivos, como bestas de tracção, como fornecedores de ovos, leite, penas e pêlo, do que mortos. A caça era uma ocupação própria dos militares, das elites e dos habitantes do mundo rural, pelo que a classe média e baixa habitante das cidades teria um acesso muito reservado à carne.

para o consumo humano e divino que não pode ser ignorada. Segundo esta autora, o principal critério para a rejeição de determinadas espécies para o consumo humano e divino tem a ver, primeiramente, com a impossibilidade de serem classificadas de acordo com a ordem estabelecida pelo *Génesis*, secundariamente, com o facto de estarem feridas por outro critério de abominação, como é o facto de se tornarem impuras por contaminação indirecta (por exemplo, por necrofagia, por canibalismo, ou por se alimentarem de espécies abomináveis): desta forma, é abominável a ave que não voe, como a avestruz; toda a ave de rapina, ou que se alimente de insectos voadores, como a andorinha. O primeiro critério de abominação é contudo, o mais interessante. São rejeitados como espécies sacrificáveis e como alimento todas as criaturas híbridas, isto é, as que apresentam características comuns entre duas espécies, ou que vivam simultaneamente em dois ambientes naturais distintos. Assim, as lebres, os coelhos e as toupeiras, que, sendo quadrúpedes, assumem, em determinadas circunstâncias, posturas bípedes e apresentam uma morfologia distinta para os membros dianteiros e traseiros, são alvo de abominação. As criaturas que vivem entre dois mundos, terra e ar e, particularmente, terra e mar, e que por isso partilham características morfológicas «confusas», ou difíceis de classificar, são também excluídas: os insectos voadores, os anfíbios, os animais que, sendo quadrúpedes, arrastam o ventre, como os répteis, ou os que, sendo terrestres, não têm membros, como as serpentes.

No caso dos animais marinhos, são rejeitados todos os crustáceos, moluscos, mamíferos, bem como todos os peixes sem escamas ou barbatanas. Trata-se, portanto, de uma exclusão considerável, que afectava espécies muito apreciadas no mundo romano, como a moreia, o atum e a cavala, a lampreia, a enguia, o esturjão, a raia, todos os cefalópodes e bivalves, ficando praticamente fora do âmbito da alimentação judaica a maior parte dos peixes de rio<sup>15</sup>. A estes elementos, acresce o desconhecimento da realidade natural da maioria das espécies aquáticas, nomeadamente do modo como se alimentam. De facto, nestas circunstâncias, a ausência de conhecimento constituiria, por si, um obstáculo à aceitabilidade e integração de uma espécie no regime alimentar, colocando-a numa categoria duvidosa, se não abominável (como os peixes com escamas) pelo menos não sacrificável (como todas as criaturas marinhas).

---

<sup>15</sup> Douglas, Mary (1991) “As abominações do Levítico”, *Pureza e Perigo, Ensaio sobre as noções de Poluição e Tabu*, Lisboa: 47-74.

A fixação desta gramática alimentar para os judeus ocorreu historicamente após o período do cativo na Babilónia, no séc. V a.C., altura em que uma consciência identitária amadureceu, por reacção e necessidade de afirmação diante de povos poderosos, diferentes do ponto de vista cultural e religioso, diante de quem se pretendia afirmar a diferença. Correspondeu a este período histórico a rememoração e a recomposição do episódio do êxodo do cativo no Egipto, que a maior parte dos historiadores faz datar como anterior ao séc. X a.C, liderada por Moisés, o responsável pela recepção das regulamentações do culto contidas no Levítico e no Deuterónimo. Sem invalidar a explicação apresentada pela antropóloga e estudiosa do fenómeno religioso Mary Douglas, que nos parece, de facto, fornecer uma chave completa para explicar o casuismo das abominações alimentares do judaísmo, será interessante observar que ficaram excluídos da dieta judaica os peixes dos grandes rios, em particular os que têm por habitat as planícies alagadas e pantanosas do Delta do Nilo e do corredor mesopotâmico.

Estas espécies apresentam como características o facto de suportarem águas saturadas de sedimentos, não disporem de escamas, e de as barbatanas desaparecerem num corpo tubular ou fusiforme, capaz de se esgueirar entre canais, ou darem lugar a estruturas parecidas com membros que lhes permitem a locomoção em meios sólidos, num corpo de estrutura achatada ou triangular. São, por excelência, espécies marcadas por grande hibridismo, morfológicamente estranhas, capazes de sobreviver em ambientes naturais sujeitos, eles próprios, a grandes alterações, e que, de facto são endémicas em regiões a partir das quais os judeus empreenderam um afastamento deliberado, em direcção à que seria a sua terra prometida, a Palestina. Esta dedução pode estar na base da designação de *herpeta* «serpente» para os animais marinhos, na medida em que os antigos observaram características morfológicas semelhantes entre algumas espécies piscícolas e os répteis: escamas e membros pouco visíveis ou inexistentes, corpo tubular, deslocação fácil em ambiente pantanoso (nem água, nem terra), afonia, pele fria e húmida, desaparecimento cíclico (por hibernação ou estiagem). As abominações que acompanham as espécies marinhas podem, assim, recuperar uma memória histórica de contacto com uma realidade, identificada ou reconstruída como difícil, alusiva a um período de cativo num ambiente natural substancialmente diferente do da Palestina. Este argumento ganha importância se considerarmos o relevo que tiveram os episódios de cativo, enquanto experiência histórica despoletadora da identidade judaica e da própria composição dos textos bíblicos.

As ocorrências do termo «peixe» no NT conservaram os mesmos traços formais que se identificaram no AT, e mesmo reminiscências das leituras do motivo no AT. Ou seja, está presente a mesma nomeação pelo genérico *ichthus* ou *piscis*, sem que nenhuma espécie seja particularizada, e também a proximidade morfológica e a mesma natureza primordial, partilhada entre o peixe e a serpente<sup>16</sup>. Assim Jesus, para explicar a bondade do Pai que O enviou, formula a interrogação, que aqui se cita pelo testemunho de Mateus: «-Qual de vós, se o seu filho lhe pedir pão, lhe dará uma pedra? Ou se lhe pedir peixe lhe dará uma serpente?». Nesta passagem, está em causa a semelhança morfológica entre o pão e a pedra, entre o peixe e a serpente, os dois pares divididos pelo confronto entre um elemento inerte e nocivo, incapaz de satisfazer a fome, e o pão como paradigma do alimento universal (o primeiro caso); entre o peixe, como parte integrante da alimentação, contraposto à serpente, integrada no conjunto das abominações.

Se, no AT, se distinguiu a figura do grande peixe devorador de homens, no NT esse signo dá lugar a uma realidade totalmente inversa: é ainda o peixe como elemento indistinto, mas integrado no cardume, enquanto símbolo da abundância que é pescado para ser dado de alimento aos homens. No nosso entender, entra-se, no NT, numa realidade simbólica distinta da que foi até agora discutida, mas que apresenta também profundas ligações ao significado que o termo apresentava, enquanto realidade concreta e simbólica, no mundo greco-romano dos primeiros séculos da Era Cristã.

A captura de peixe pelas artes da pesca era uma actividade popular, própria dos humildes, no mundo antigo. Será entre estes homens simples, Pedro, André, Tiago e João, que Jesus inicia o seu chamamento, na Galileia, dizendo-lhes que deles fará «pescadores de homens»<sup>17</sup>. O milagre da multiplicação do pão e dos peixes, presente, com algumas variantes, em todos os Evangelhos, celebra a abundância de graças que acompanha a chegada do Messias, tal como o advento da saúde através das curas miraculosas, ou a capacidade de transformar a água em vinho, no primeiro milagre das Bodas de Canaã<sup>18</sup>. O novo tempo é assim apresentado como um período de ventura, que proporciona a saciedade aos famintos, a saúde aos enfermos, a justiça e a reabilitação aos desprezados. Neste sentido, o peixe é um

---

<sup>16</sup> Mt. 7, 10; Lc. 11, 11.

<sup>17</sup> Mt. 4, 19; Mc 1, 16-17; Lc. 5, 2.

<sup>18</sup> Mt 14, 17-15, 36; Mc 6, 38-43; Lc9-16; Jo 6-11; Jo, 21 1-12 (a pesca miraculosa já após a Ressurreição).



símbolo reconhecido como alimento dos humildes, cuja abundância não deve ser negada.

Mas é também um símbolo religiosamente neutro, quer para o mundo judaico, quer para o mundo greco-romano, já que estava ausente dos altares sacrificiais. Ele não despertaria no destinatário da mensagem outra interpretação que não a da natureza concreta e profana do alimento em si, e permitiria a identificação do próprio destinatário da mensagem com a natureza do peixe que é capturado pelo pescador, Cristo, ou pelos seus discípulos, portadores da sua mensagem. O peixe é, tal como o pão, pela sua presença na mesa do quotidiano, um símbolo da própria humanidade, cuja natureza Cristo assumiu, ao ingerir os comuns peixe assado e pão, após ter ressuscitado. Como qualquer homem comum, Cristo saciou a fome que sentia com os mais vulgares dos alimentos naquelas paragens, o pão e o peixe<sup>19</sup>. Desta forma, à mesa da Última Ceia, o peixe está ausente, pois se trata de um alimento sem vinculação religiosa primária, e o pão teve, nesta ocasião, um tratamento que o afasta do comum, ao ser servido na sua forma não fermentada.

Não é seguro de que a referência aos peixes no NT, praticamente reduzida aos Evangelhos, escritos já após a pregação dos apóstolos e a redacção da Epístolas Paulinas, tenha por intertexto de relação o AT e a mundividência judaica. Paulo não utiliza o termo «peixe», nem procede a qualquer interpretação que torne o seu símbolo produtivo. Acontece o mesmo nos *Actos dos Apóstolos* e no *Apocalipse*, o que não deixa de causar alguma perplexidade, posto que se trata de um importante signo do próprio sentido da revelação cristã, que será revisitado e interpretado pelos primeiros exegetas cristãos e pela iconografia proto-cristã, que elege o peixe e o anzol como um dos seus símbolos mais queridos. Mas, entretanto, nas primeiros anos do cristianismo, paira, no discurso escrito, um silêncio algo incómodo sobre a prevalência do tema, que contrasta com o relevo iconográfico, e posteriormente exegético, concedido ao tema.

Procurar explicações para esse facto é tarefa complexa e contentamo-nos, para já em fornecer algumas pistas, relacionadas com o mundo envolvente e que recuperam dados que já aqui foram apresentados. Em primeiro lugar, pensamos que o peixe nos Evangelhos representa, de facto, a natureza dos primeiros a serem chamados, os muitos e humildes, potenciais alvos de uma pesca abundante, isto é, de uma conversão em grande escala.

---

<sup>19</sup> Lc 24 41-42; Jo 21, 9.

A nova religião é muitas vezes descrita como uma colheita, um banquete, uma pescaria, actividades marcadas pela expectativa da abundância.

Qualquer menção particularizadora do tipo de peixe seria irrelevante ou comprometedor da universalidade a que a mensagem cristã se procura associar, desde o início. Com o termo «peixe», fica camuflado o critério judaico da abominação, e evita-se também qualquer associação com outro animal objecto de sacrifício religioso, como era próprio dos rituais pagãos. Ou seja, é criado um espaço simbólico por exclusão de simbologias demasiado marcadas na mentalidade religiosa dos judeus, gregos e romanos.

Não podemos contudo, esquecer o facto de, pelos mesmos séculos, se assistir a um interesse recrudescido pelo mundo animal marinho na cultura greco-romana, do ponto de vista científico, místico, mas também gastronómico. Também como realidade alimentar, o peixe era alvo de uma distribuição sociologicamente desigual. Os pobres consumiam-no seco ou de salga, em forma de pastas de conserva, com que temperavam o seu *panis hordaceus*. A estes, pouco interessaria a espécie consumida, dificilmente reconhecível na forma final com que os produtos se apresentavam. Os ricos faziam dele um uso refinado, alimentavam espécies seleccionadas em *piscinae*, consumiam-no fresco como produto de luxo, desde que reunidas as difíceis condições de transporte e de conservação<sup>20</sup>.

Para todos, no entanto, o peixe era a garantia da saciedade, da fome do corpo ou da ânsia do luxo. Para todos, também, a ausência de uma conotação religiosa imediata libertava o peixe de uma carga simbólica comprometida com qualquer valor do passado. Estava, portanto, não só disponível, como também o interesse despertado por ele era sociologicamente transversal.

Coloca-se, por isso, a hipótese de a natureza indistinta que o peixe parece assumir no AT e no NT poder ser explicada por factores distintos, mas convergentes no seu resultado. De algum modo, uma reacção deliberada de tipificação, por apagamento dos traços naturais distintivos, libertava o motivo para um emprego simbólico e metafórico mais dirigido, desviando, pela omissão de características secundárias, aspectos mais conflituantes e polémicos que estes, porventura, permitiriam evocar.

---

<sup>20</sup> Rayment Charles S. (1943), "Fish", *Classical Weekly*, 37, 3: 32-33.

